



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

**CINFORM**

www.cinform.com.br

**IVZ**

Aracaju – SE, Ano 32, Edição 1659  
26/1 a 1º de fevereiro de 2015

# Ministério Público Federal pede que Estado reassuma a Saúde de Sergipe

**A ação judicial é baseada em relatório do TCE sobre a auditoria realizada na FHS em relação aos anos de 2013 e 2014**

■ Se encerra agora em fevereiro o contrato do Estado com a Fundação Hospitalar de Saúde - FHS -, autarquia que, nos últimos cinco anos, de acordo com minuciosa investigação dos **Ministérios Públicos - Estadual e Federal** - deixou uma dívida de R\$ 138 milhões com fornecedores e Receita Federal.

Com mais de 80 processos na Justiça, a FHS já esteve na mira dos Ministérios inúmeras vezes. Este mês, o MPF ajuizou uma ação para que o Estado de Sergipe não renove o contrato com a Fundação Hospitalar de Saúde.

No documento, o Ministério aponta uma série de irregularidades praticadas pela gestão compartilhada entre a Secretaria de Estado da Saúde e a FHS, como o gasto excessivo com pessoal, o acúmulo indevido de cargos públicos, pagamento de horas extras contrariando a legislação, contratos de trabalho em duplicidade e servidores recebendo acima do teto constitucional.

Há ainda relatórios do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe - Coren/SE -, do Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe - Sindimed -, do Serviço de Auditoria em Sergipe do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus -, do Conselho Regional de Medicina de Sergipe - Cremese -, da Coordenadoria de Saúde da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe, do

Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado de Sergipe demonstrando que o modelo de gestão adotado não melhorou o atendimento.

Na ação, também é destacada a omissão da União, que é ré no processo por ser a gestora máxima do SUS no País e não agir a respeito. Durante os últimos anos, as entidades classistas de diversas categorias profissionais da área de Saúde denunciaram os desmandos dos hospitais em audiência públicas.

O curioso é agora ninguém mais quer tocar no assunto. E uma das preocupações da Central Única dos Trabalhadores - CUT -, agora é explicar à população que as consequências da iniciativa

do MPF talvez possam comprometer os aproximadamente cinco mil trabalhadores da FHS.

## IRREGULARIDADES

A ação judicial é baseada em relatório do Tribunal de Contas do Estado - TCE -, sobre a auditoria realizada na FHS em relação aos anos de 2013 e 2014. No documento, o TCE indica que a fundação gastou 73% da sua receita líquida com pagamento de pessoal.

Para se ter uma ideia da gravidade da situação, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina 49% da receita líquida como limite de gastos do Poder Executivo Estadual com pessoal.

“A situação é alarmante.

Uma entidade contratada pelo Estado para melhor gerir os serviços de saúde gastar tanto com pessoal revela o desacerto e a total inviabilidade desse modelo de gestão”, enfatiza o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Ramiro Rockenbach.

Além dos altos gastos com pessoal, ficou constatado o acúmulo ilegal de cargos públicos por funcionários da FHS. No total, foram detectados 1.340 servidores com mais de três empregos públicos, contrariando expressamente a Constituição. Somente no Hospital de Urgência de Sergipe - Huse -, 896 servidores acumulavam de três a 26 empregos em unidades de saúde no Estado.

Foi constatado ainda o pa-

gamento em duplicidade para servidores da Fundação Hospitalar de Saúde que também eram contratados por cooperativas e empresas médicas para trabalharem nas unidades de saúde sob a gestão da FHS, exercendo funções idênticas por dois meios de contratação.

O TCE verificou ainda 18 servidores da FHS que receberam, em 2013, salários acima do teto do Supremo Tribunal Federal e 13 que receberam acima do teto do Tribunal de Justiça de Sergipe. Os salários variaram de R\$ 25,5 mil a R\$ 46,5 mil.

#### **DÍVIDA**

A auditoria do TCE constatou que a FHS acumulou dívidas com seus fornecedores de mais R\$ 103 milhões até 31/10/2014.

Somado ao passivo de impostos de R\$ 34 milhões, esse valor eleva a dívida total da fundação a R\$ 138 milhões.

Um relatório do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, que, ao fiscalizar o atual modelo de gestão da saúde em Sergipe, destacou que os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde são remanejados para a Fundação, que realiza as despesas sem obedecer as regras da Administração Pública. Segundo o relatório, “infringir essa determinação legal causa desorganização no controle orçamentário, sujeitando a administração pública e seus usuários a riscos e incertezas”. ■